

# A EXTENSÃO RURAL: HISTÓRICO, SITUAÇÃO ATUAL E IMPLICAÇÕES

## 1.1 O conceito de extensão rural:

A prática da extensão rural deve ser vista como um processo de constantes transformações. Em primeiro lugar, as crises econômicas pelas quais o país passou nas últimas décadas influenciaram a visão governamental sobre a prioridade, maior ou menor, de intervenção no mundo rural, o que permite que a extensão rural seja analisada em suas fases distintas. Em segundo lugar destacamos a participação dos próprios extensionistas nesses processos, reformulando sua prática a partir das críticas externas, que foram muitas.

O termo teve origem na extensão praticada pelas Universidades inglesas na segunda metade do século XIX. No início do século XX, a criação do serviço cooperativo de extensão rural dos Estados Unidos, estruturado com a participação de grandes Universidades americanas, conhecidas como land-grant colleges, consolidou naquele país pela primeira vez na história, uma forma institucionalizada de extensão rural, mas também a partir de um saber/fazer acumulado por décadas de convivência com a população pauperizada no campo.

Segundo Marcos Peixoto: Embora ações extensionistas estejam registradas na história da Antiguidade, o termo extensão rural não é auto-explicativo. Desde a implantação do modelo cooperativo de extensão americano foram muitas as iniciativas de conceituação de extensão rural. Os conceitos evoluíram com o tempo e as mudanças e estrutura socioeconômica e cultural de cada país.

Como processo, extensão rural significaria, o ato de estender, levar ou transmitir conhecimentos de sua fonte geradora ao receptor final, o público rural. Extensão rural pode ser entendida como um processo educativo de comunicação de conhecimentos de qualquer natureza sejam conhecimentos técnicos ou não. Neste caso, a extensão rural difere conceitualmente da assistência técnica pelo fato de que esta não tem, necessariamente, um caráter educativo, pois visa somente resolver problemas específicos, pontuais, sem capacitar o produtor rural. E é por ter um caráter educativo que o serviço de extensão rural é, normalmente, desempenhado pelas instituições públicas de Ater, organizações não governamentais, e cooperativas, mas que também prestam assistência técnica.

A literatura estrangeira não adota uma separação entre os termos extensão rural e assistência técnica. Em inglês o termo mais usado é agriculture extension, mas também são

empregados os termos rural extension ou Agriculture advisory servisse (serviço de consultoria agrícola). Dificilmente uma ação de extensão rural deixará de abranger ações de assistência técnica.

As indústrias produtoras de insumos e equipamentos, as revendas agropecuárias e as agroindústrias (processadoras de matéria prima agropecuária), em geral prestam serviços melhor caracterizados como assistência técnica através de suas atividades de venda pós vendas ou compras. Portanto seu público-alvo é composto, em geral, por médios a grandes produtores rurais, mais tecnificados e capitalizados, com melhor nível de instrução, e que melhor se enquadram na categoria e agricultores patronais e empresariais. Para essa categoria de produção rural não se justifica a intervenção pública da extensão rural como meio de redistribuição de renda (produtores capitalizados e bem instalados têm condições de criar as próprias oportunidades de sucesso). Restaria, apenas, a hipótese de instituições públicas atuarem para fomentar e difundir novas técnicas produtivas, geradoras de benefícios positivos para toda população (barateamento de alimentos, aumento do saldo comercial do país com impacto positivo sobre toda economia etc.).

No segundo sentido, pensando a extensão rural como instituição ou organização, o foco seriam as organizações públicas em cada estado, prestadoras dos serviços de Ater, como por exemplo a EMATER-MG. A **expressão extensão rural** é entendida, neste caso, como a instituição, entidade ou organização prestadora de serviços de Ater.

O termo extensão rural também pode ser entendido como uma política pública traçada pelos governos, estaduais, municipais e federais ao longo do tempo, através de dispositivos legais ou programáticos, mas que podem ser executadas por organizações públicas ou privadas.

No Brasil ao longo do tempo privilegiou-se o modelo público e gratuito de extensão rural e hoje é direcionado para agricultores familiares e exercido pelas instituições estaduais de Ater. Dentre as diversas definições de Extensão Rural, esta pode ser concebida como um serviço de assessoramento a agricultores, suas famílias, seus grupos e organizações, nos campos da tecnologia da produção agropecuária, administração rural, educação alimentar, educação sanitária, educação ecológica, associativismo e ação comunitária (FIGUEIREDO, 1984).

É uma atividade desenvolvida basicamente pelos setores públicos federal, estadual e municipal, também ganhando ênfase nos dias de hoje junto às Organizações não Governamentais (ONGs), ao setor privado, através de cooperativas de grande porte, de empresas fornecedoras de insumos, entre outras entidades.

## **1.2 Origem e história da Extensão Rural:**

A atividade extensionista, assim considerada a ação educativa de caráter informal e extracurricular, é praticada há muitos séculos. A título ilustrativo registra-se a existência de relatos informando que o imperador romano Adriano, visitando o Egito, já encontrara instrutores ensinando os agricultores das margens do Nilo a plantar o trigo irrigado. Também se notícia que, nos Estados Unidos, em 1621, um índio ensinou aos colonos a técnica de como semear o milho, o que tornou possível a sobrevivência de homens e animais em razão do inverno rigoroso.

Na Europa, merece destaque o surto industrial inglês e o surgimento da máquina a vapor, em meados do século XVIII, a exigir mais técnica e a forçar a necessidade de dar assistência técnica aos agricultores. Sendo assim, começou a estruturar-se, em meados do século XIX, um serviço de assistência técnica por meio das associações de agricultores com a finalidade de difundir informações úteis e capazes de melhorar a agricultura (SCHMITT, 1979).

Segundo Schmitt (1979), a extensão nasceu como um instrumento de ensino e educação informais, fora dos moldes da escola clássica, objetivando que os agricultores, as donas de casa e os jovens rurais tivessem oportunidade de aprender.

Nos EUA, as primeiras sociedades de agricultura surgiram no século XVIII, objetivando transmitir aos agricultores informações técnicas. Em torno de 1854, foram criados os Institutos Agrícolas, consistindo na realização de aulas teóricas e práticas e conferências para grupos de agricultores. Em 1862, foi editado o Morrill Act, assinado pelo Presidente Lincoln, levando à criação dos Land Grant Colleges (Faculdades ou Escolas Superiores de Agricultura). Em 1875, surgiram os primeiros Centros de Experimentação Agrícola nos Estados da Califórnia e Connecticut e, em 1887, cada Estado recebeu recursos federais para construir seu Centro de Experimentação. Tornava-se indispensável a criação de um serviço que estendesse e divulgasse aos agricultores os novos conhecimentos. O Serviço de Extensão nascia, portanto, em decorrência de uma necessidade sentida pelos professores e pesquisadores (VIEIRA, 1988; OLINGER, 1996).

No final do século XIX, aparece em cena Seaman Knapp, professor de agronomia e considerado o pai da extensão rural. Baseava sua ação no princípio de que o agente de extensão tinha por missão “ajudar os agricultores a ajudarem a si próprios”. Inicialmente, foi responsável por implantar a colonização de uma extensa área de terras no Estado de Lousiana (1886). Posteriormente, já no início do século XX, o gorgulho do algodão invadiu os EUA, levando os

agricultores a abandonar aquele cultivo. Então, Knapp, valendo-se de sua experiência anterior, organizou “Fazendas Comunitárias de Demonstração”, consistentes em propriedades demonstrativas com método educativo para irradiar e difundir novas técnicas de cultivo, visando a controlar o gorgulho do algodão com base em recomendações dos especialistas do Ministério da Agricultura, tendo o trabalho se desenvolvido satisfatoriamente (OLINGER, 1996; VIEIRA, 1988).

Knapp igualmente foi o primeiro a trabalhar com grupos de meninos e meninas, visando à racionalização de determinadas práticas agrícolas. Acreditava, dessa forma, alcançar os adultos, tendo, com tal iniciativa, possivelmente, lançado as bases para o trabalho com jovens, futuro Clube dos 4-H (head, heart, hand e health). Tais clubes surgiram em 1907, baseados em demonstrações sobre o cultivo do milho e rotação de cultivo contra a lagarta do algodão.

Em 1914, foi criado o Trabalho Cooperativo de Extensão Agrícola com o intuito de ajudar na difusão entre o povo dos EUA de informações técnico-agrícolas e de economia doméstica, além de encorajar a sua aplicação. Surgia, assim, o modelo clássico de extensão rural, que partia do pressuposto de que a elevação do nível de conhecimentos dos agricultores e seus familiares acarretaria a adoção de novos hábitos e atitudes, bem como o desenvolvimento de novas habilidades em suas atividades produtivas. Conforme Fonseca e Cattani (1991), a extensão rural, nesse caso, funcionava como um elo entre as estações de pesquisa experimentais, as populações rurais e a tecnologia.

Os serviços de Extensão norte americanos seguiram por dois modelos: o "Cooperative Extension Service" e o "Farm Security Administration", que constituem o chamado modelo clássico americano de extensão rural, que trabalhava sob a ótica da corrente teórica neoclássica, na qual o progresso técnico era visto como o único caminho para promover o desenvolvimento e o processo de modernização em si seria um fator de mudanças sociais, independentemente das estruturas sócio-econômicas e políticas existentes. Dentro de uma concepção empírico-positivista, a extensão buscava a melhoria de vida da população rural por meio da difusão de tecnologias químico-mecânicas que aumentassem a produtividade das lavouras (FIGUEIREDO, 1984).

Portanto, o propósito básico da extensão, na perspectiva do modelo clássico, é o de transmitir conhecimentos às populações rurais e encaminhar seus problemas às fontes de pesquisa.

Foi esse modelo que serviu de base para a criação e a organização dos serviços de extensão implantados nas regiões consideradas subdesenvolvidas a partir da Segunda Guerra Mundial

### 1.3 Fases da Extensão Rural no Brasil:

A prática da Extensão Rural, como será visto, deve ser vista como um processo de constantes transformações. Em primeiro lugar, as crises econômicas pelas quais o país passou nas últimas décadas influenciaram a visão governamental sobre a prioridade, maior ou menor, de intervenção no mundo rural, o que permite que a Extensão Rural seja analisada em suas fases distintas. Em segundo lugar destacamos a participação dos próprios extensionistas nesses processos, reformulando sua prática a partir das críticas externas, que foram muitas, mas também a partir de um saber/fazer acumulado por décadas de convivência com a população pauperizada no campo.

Em mais de cinquenta anos de existência, desde o ano de 1947, com as primeiras experiências no Brasil no município paulista de Santa Rita do Passa Quatro, a extensão Rural no Brasil passou por diversas fases. As principais características destas fases foram classificadas por Rodrigues (1997) em três momentos distintos, relacionados à orientação filosófica e ao modelo operacional predominante em cada um deles, os quais denominou-se de: 1) Humanismo assistencialista; 2) Difusionismo produtivista; 3) Humanismo crítico.

A caracterização destes aspectos é resumida no Quadro 1.

<b>Especificação</b>	<b>Humanismo assistencialista</b>	<b>Difusionismo Produtivista</b>	<b>Humanismo Crítico</b>
Prevalência	1948-1962	1963-1984	1985-1989
Público Preferencial	Pequenos Agricultores	Grandes e médios Agricultores	Pequenos e médios Agricultores
Unidade de trabalho	Família Rural	Produtor Rural	Família Rural
Orientação pedagógica	"Ensinar a fazer fazendo"	Difusionista	Dialógica problematizadora
Papel do agente de extensão	Indutor de mudanças de comportamento	Elaborador de projetos de crédito rural	Catalisador de processos sociais
Tipo de Planejamento	Vertical ascendente	Vertical descendente	Circular
Papel da tecnologia	Apenas subjacente: instrumento para melhorar as condições de vida da família rural	Finalístico: modernizar o processo produtivo aumentando a produtividade da terra e do trabalho	Essencial, mas dentro de padrões de equilíbrio ecológico, energético e social

Tipo e uso do crédito rural	Supervisionado: cobre investimentos no lar e na propriedade (produtivos ou não)	Orientado; voltado para produtos com o fim de viabilizar tecnologias de uso intensivo de capital	Orientado: voltado preferencialmente para viabilizar "tecnologias apropriadas"
Organização da população	Cria grupos de agricultores, donas de casa e jovens rurais	Não se preocupa com este tipo de ação	Estimula a organização e o associativismo rural autônomos

Realizada pela primeira vez em 1929, pela Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa (ESAV), com diversos cursos de extensão e palestras, a Semana do Fazendeiro foi a primeira ação de extensão rural vista no Brasil.

Apenas em 1947 que se registrou de fato como válida a primeira ação extensionista de campo, as primeiras experiências em extensão rural no Brasil foram desenvolvidas em São Paulo, nos municípios de Santa Rita do Passa Quatro e de São José do Rio Pardo, sob orientação da American International Association for Economic and Social Development (AIA), almejando o aumento de produtividade dos cafezais (VIEIRA, 1988). Em 1948, no Estado de Minas Gerais, surgiu o primeiro serviço estadual de extensão com a criação da ACAR (Associação de Crédito e Assistência Rural). A extensão rural foi introduzida no Brasil com o apoio econômico de organizações públicas e privadas dos EUA, como parte de programas de ajuda ao desenvolvimento do Terceiro Mundo, atendendo às necessidades impostas pela conjuntura internacional, por um lado, e às necessidades de organização social interna, por outro. A extensão rural foi exportada para o Brasil juntamente com o “pacote” da modernização agrícola que passou a ser viabilizado a partir dos anos de 1950, quando foi dado início ao processo de mudança na base técnica da produção.

Para entender o desenvolvimento de atividades de extensão no Brasil é importante compreender que os modelos, os objetivos e as práticas de extensão rural não nasceram de uma demanda local e também não se desenvolveram apoiados em uma base teórica que correspondesse à realidade do meio rural brasileiro. Aliás, calha registrar que a concepção teórico-metodológica da extensão rural institucional pública tem por base as escolas de sociologia dos EUA, especialmente os aportes teóricos desenvolvidos pela sociologia da vida rural e pelos estudos de comunidade, sendo que, a partir da Segunda Guerra Mundial, a extensão assumiu um caráter de comunicação e de difusão de inovações, baseada na ideologia da modernização. Sob o manto dessas teorias, a extensão rural surgiu como um instrumento do Estado, impulsor de um

desenvolvimento que foi percebido como um processo de crescimento econômico na direção ao progresso (CAPORAL, 2001).

A “International Association for Economic and Social Development” (AIA), criada em 1939 pela família Rockefeller, teve um papel de grande expressão na história da Extensão Rural do Brasil. Após as dificuldades de estabelecer um programa com o Governo do Estado de São Paulo, iniciou suas atividades nos Municípios de Santa Rita do Passa Quatro e de São José do Rio Pardo, ambos no Estado de São Paulo, entre 1948 e 1956, nos moldes do "Cooperative Extension Service" (FIGUEIREDO, 1984).

Em 1948, um convênio entre a AIA e o governo do Estado de Minas Gerais resultou na criação da Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR), cujo objetivo era melhorar as condições de vida no campo por meio do aumento de produtividade das lavouras e educação da família rural. Os instrumentos de ação eram a assistência técnica e o crédito supervisionado (FONSECA, 1985).

O que fundamentava a iniciativa era a ideia de Crédito Rural Supervisionado, prática utilizada nos Estados Unidos, ainda no contexto da depressão econômica de 1929. Para atender às necessidades de agricultores pobres ou de classe média, cujas solicitações eram recusadas pelas organizações bancárias americanas, Roosevelt, então presidente dos Estados Unidos, criou uma organização especial denominada Farm Security Administration e uma nova modalidade de crédito rural, que estabelecia como garantia de pagamento dos empréstimos, o acompanhamento técnico de um agrônomo.

O modelo aqui implantado, a exemplo do que aconteceu nos EUA, surge no Brasil do pós-guerra como resposta do Estado a uma exigência da expansão inicial do capitalismo no campo. A indústria brasileira, que se implantou a partir de 1930, necessita expandir-se para o setor rural, mas encontrava um obstáculo no que era considerado a fazenda tradicional.

Estava assim implantado no Brasil o modelo clássico americano de extensão rural que, dentre outros objetivos, buscava conter a expansão do comunismo na América Latina, cuja população empobrecida, apresentava-se como um meio rico para a sua propagação.

Este modelo inicial de extensão rural foi denominado por RODRIGUES (1997), como humanismo assistencialista, caracterizado pela "preocupação" com a melhoria das condições de vida da população rural. Esta "preocupação", no entanto, para o autor, caracterizava o assistencialismo e a tutela que a Extensão Rural estabelecia na sua relação com a comunidade.

Este caráter tutelar nada mais é que uma falsa generosidade que faz das pessoas objetos do humanismo, mantendo dessa maneira a situação de opressão da população, e impedindo a sua humanização, isto é, a sua desalienação e afirmação como pessoas (FREIRE, 1987).

Esse modelo inicial de extensão rural que caracterizou as ações da ACAR levou à implantação, em vários Estados do país, de diversas associações de crédito semelhantes, o que resultou na necessidade de se instituir uma coordenação em nível nacional.

A extensão rural no Brasil nasceu sob o comando do capital, com forte influência norte-americana e visava superar o atraso na agricultura. Para tanto, havia a necessidade de “educar” o povo rural, para que ele passasse a adquirir equipamentos e insumos industrializados necessários à modernização de sua atividade agropecuária, com isso ele passaria do atraso para a “modernidade”. O modelo serviria para que o homem rural entrasse na dinâmica da sociedade de mercado, produzindo mais, com melhor qualidade e maior rendimento.

Um modelo “tecnicista”, isto é, com estratégias de desenvolvimento e intervenção que levam em conta apenas os aspectos técnicos da produção, sem observar as questões culturais, sociais ou ambientais. Com raízes “difusionistas”, pois visa apenas divulgar, impor ou estender um conceito, sem levar em conta as experiências e os objetivos das pessoas atendidas.

A primeira fase, chamada “humanismo assistencialista”, prevaleceu desde 1948 até o início da década de 1960, nela os objetivos do extensionista eram o de aumentar a produtividade agrícola e, conseqüentemente, melhorar o bem estar das famílias rurais com aumento da renda e diminuição da mão-de-obra necessária para produzir. Em geral, as equipes locais eram formadas por um extensionista da área agrícola e um da área de Economia Doméstica.

Apesar de levar em conta os aspectos humanos, os métodos dos extensionistas nessa época também eram marcados por ações paternalistas. Isto é, não “problematizavam” com os agricultores, apenas procuravam induzir mudanças de comportamento por meio de metodologias preestabelecidas, as quais não favoreciam o florescimento da consciência crítica nos indivíduos, atendendo apenas as suas necessidades imediatas.

A segunda fase, que orientou as ações dos extensionistas no período de abundância de crédito agrícola subsidiado (1964 a 1980), era chamada de “difusionismo produtivista”, baseando-se na aquisição por parte dos produtores, de um pacote tecnológico modernizante, com uso intensivo de capital (máquinas e insumos industrializados). A extensão rural servia como instrumento para a introdução do homem do campo na dinâmica da economia de mercado. A

Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) visava o aumento da produtividade e à mudança da mentalidade dos produtores, do “tradicional” para o “moderno”.

A extensão era um empreendimento que visava persuadir os produtores, para que esses adotassem as novas tecnologias. Seus conhecimentos empíricos não interessavam, bem como suas reais necessidades não eram levadas em conta. A extensão assumiu um caráter tutorial e paternalista.

Foi durante esse período que surgiu a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) e houve grande expansão do serviço de extensão rural no país. Para se ter uma idéia, em 1960 apenas 10% dos municípios no Brasil contavam com esse serviço e em 1980 a extensão rural chegou a 77,7%. Entretanto, como o papel dos extensionistas era condicionado pela existência do crédito agrícola, os pequenos agricultores familiares que não tiveram acesso ao crédito também ficaram à margem do serviço de extensão rural.

Do início dos anos 1980 até os dias atuais, devido principalmente ao término do crédito agrícola subsidiado, iniciou-se no país uma nova proposta de extensão rural, que preconizava a construção de uma “consciência crítica” nos extensionistas. O “planejamento participativo” era um instrumento de ligação entre os assessores e os produtores, com bases na pedagogia da libertação desenvolvida por Paulo Freire. Essa fase foi chamada de “humanismo crítico”.

Seus defensores afirmam que as metodologias de intervenção rural devem pautar-se por princípios participativos, que levem em conta os aspectos culturais do público alvo. A grande diferença de orientação entre as metodologias de extensão na era do “difusionismo produtivista” e da era do “humanismo crítico” é a questão da participação ativa dos agricultores.

Porém, apesar de haver uma orientação para seguir princípios participativos, a maioria das empresas de ATER continua com a mesma orientação básica: “incluir” o pequeno agricultor familiar na lógica do mercado, torná-lo cada vez mais dependente dos insumos industrializados, subordinando-o ao capital industrial.

O desafio dos órgãos de pesquisa, universidades e movimentos sociais é o de criar estratégias para colocar em prática metodologias participativas de ATER, que incluam os agricultores familiares desde a concepção até a aplicação das tecnologias, transformando-os em agentes no processo, valorizando seus conhecimentos e respeitando seus anseios.

### **1.1.5. O debate atual sobre a extensão rural**

A extensão rural tem desempenhado, tradicionalmente, um papel importante no desenvolvimento do país, porém, como qualquer instituição pública, a sua atuação foi condicionada pelos modelos econômicos e de desenvolvimento em vigor. Busca-se hoje um novo modelo que possa promover o desenvolvimento com equidade, o que significa incluir aqueles que ficaram à margem do processo do desenvolvimento nacional.

*"Neste cenário a extensão rural é chamada a ter um papel diferente mas também decisivo neste novo modelo. Poucas instituições estão em condições de atender aos desafios que a realidade rural impõe para a retomada do desenvolvimento que seja igualitário e sustentável. Para que isto seja possível será preciso eliminar algumas dificuldades derivadas do modelo anterior, do ponto de vista institucional, operacional, cultural e gerencial" (CONTAG/FASER, 1995, p.9).*

Nos comentários e recomendações finais dos consultores do Seminário, evidenciaram-se alguns pontos comuns como:

- a) a missão de não mais voltar-se apenas para o "agro-agrícola" e para as tarefas de natureza estritamente produtiva, mas também para a cidadania, o desenvolvimento sustentável, a participação;
- b) o acesso ao conhecimento, ao mercado e à livre organização;
- c) o público prioritário, definido no próprio título do Seminário, ou seja, o agricultor familiar;
- d) o método que não pode ser concebido de maneira independente dos pontos apresentados para a nova missão proposta; em outras palavras, os métodos não se limitam a técnicas de comunicação, nem estas são o seu aspecto mais relevante.

*"O principal desafio metodológico da extensão hoje é o contraste entre a formação limitada e voltada para uma atividade fragmentária do engenheiro agrônomo e a necessidade de que o extensionista seja um agente de desenvolvimento, parte de um amplo processo de mobilização social"* (ABRAMOVAY, 1997, p.213).

O ponto de maior polêmica do Seminário girou em torno na natureza do modelo de organização do sistema extensionista: entre estatal, público ou privado. Apesar de alguns pontos unitários sobre o tema, como o desejo de ampliar o poder dos agricultores sobre os extensionistas, não houve uma posição única com relação aos modelos de organização do sistema extensionista.

Apesar das alegações de que há espaço para todo e qualquer tipo de intervenção e para as mais diversas formas institucionais, estas alegações não se apresentam como uma solução para o debate de fundo sobre qual deve ser a natureza da organização extensionista para que ela cumpra a missão que emerge do seminário exclusivamente como sua.

Para ABRAMOVAY (1997), a principal dúvida do Seminário esteve relacionada à caracterização do que é um serviço público e do marco jurídico em que se pode levar adiante suas atribuições. Para este autor, as duas forças mais importantes na construção do projeto em torno do qual Seminário se mobilizou têm posições diferentes a respeito: A FASER, que representa os servidores da extensão rural (ER) do Brasil, entende que todas estas formas jurídicas (organizações sociais propostas pelo governo federal) são na verdade modelos disfarçados de privatização dos serviços de extensão rural e que, portanto, desobrigam o Estado de sua responsabilidade social. A FASER entende ainda que a ER pública e gratuita deve ser subordinada ao Estado com garantia de recursos para a manutenção do serviço, estrutura física e administrativa, equipamentos, capacitação (FASER, 1997, p.11 apud ABRAMOVAY, 1997, p.215); a CONTAG, que representa os trabalhadores na Agricultura, entende que o debate mais acirrado gira em torno

do termo "serviço público" e que as atuais dificuldades e problemas colocam o desafio de formular uma política de assistência técnica que não seja estatal. No entanto acredita que isto não implica consequentemente na opção pela privatização do sistema (CONTAG, 1997 apud ABRAMOVAY, 1997, p.216).

Para SILVA (1997), uma luta por espaço e poder da parte dos atores chaves deste processo (CONTAG, DATER, ASBRAER, FASER, ONGs e outras entidades) seria o pior que poderia acontecer, pois a sociedade pode interpretar que não haveria compromisso com a agricultura familiar, somente com vaidades, status, privilégios e poder. O autor acredita que alguns princípios orientadores poderiam ser propostos, discutidos, negociados, definidos e praticados, como os princípios: do pacto interinstitucional entre estas organizações; da participação do processo negociado; da parceria; e da valorização dos talentos humanos e profissionais das organizações participantes, entre outros.

Segundo VIEIRA (1997), a tentativa de reorganizar os serviços públicos de extensão rural no Brasil está a cargo da ASBRAER cujos desafios da instituição são destacados em alguns pontos com o reforço do caráter público (não necessariamente estatal): o atendimento de qualidade à agricultura familiar; o fortalecimento da gestão social; a execução e avaliação dos trabalhos realizados e a elaboração de um novo desenho da coordenação nacional.

Em novembro de 2000 o 7.º Congresso Nacional dos Trabalhadores da Extensão Rural e do Setor Público Agrícola do Brasil ( 7.º CONFASER ) realizado pela FASER na cidade de Natal na discussão da Tese Estado, Políticas Públicas e Sustentabilidade em relação ao novo papel do extensionista de contribuir para a construção do Desenvolvimento Local Sustentável debateu e aprovou em plenária a serem incluídas nas recomendações finais deste tema, as idéias apresentadas nas conclusões finais da presente pesquisa, relativas ao processo de formação continuada dos

extensionistas a partir da Teoria Crítica do Conhecimento, a fim de que estes tenham uma percepção mais abrangente da realidade e do seu trabalho, permitindo uma ação transformadora e consciente desta realidade

Pelo histórico apresentado, pode-se concluir que Extensão Rural no Brasil consistiu num instrumento para operacionalização de políticas governamentais, as quais por sua vez representavam determinada teoria de desenvolvimento rural em ação, daí a necessidade de se realizar a seguir uma análise das teorias de desenvolvimento.